



# Um Olhar Sobre a Despesa Pública

Centro de Integridade Pública

Anticorrupção – Transparência – Integridade - Edição N° 1/2018 – Fevereiro -Distribuição gratuita

## Finanças Públicas em Moçambique Continuam Mergulhadas em Penumbra

- A falta de transparência prevalece

### I. Contexto

O Ministro da Economia e Finanças (MEF), Adriano Maleiane, veio a público, no dia 21 de Fevereiro, informar que está prevista para Março do corrente ano uma reunião com os credores para reestruturar a dívida pública.

O Ministro acrescentou na sua entrevista que ao longo do tempo o país esteve a trabalhar na estratégia para trazer a dívida pública a níveis de sustentabilidade e que actualmente já existem condições para ir a Londres discutir com os credores.

De acordo com a mesma fonte, neste encontro, que se prevê que se realize na segunda metade de Março, a discussão deverá ser à volta de 17% do *stock* da dívida que correspondem a 50% do serviço da dívida total.

### II. Análise

Face a estes pronunciamentos, partindo do princípio que a EMATUM já está incluída no *stock* da dívida, a pergunta que vem a seguir é: será que o Ministro está a afirmar que as **dívidas ocultas de cerca de 1,4 mil milhões de Dólares contraídas pela ProIndicus e MAM já foram incorporadas no *stock* da dívida?**

A informação mais recente sobre a dívida pública disponível ao público no Website do

MEF encontra-se no boletim trimestral sobre dívida pública referente ao primeiro trimestre de 2017, cujo conteúdo abarca apenas dados sobre a dívida interna e externa (multilateral e bilateral), ocultando a dívida comercial dada como problemática pelo dirigente desta instituição.

A hipótese de reestruturação da dívida é vista como a única solução para que se chegue a restabelecer o equilíbrio da situação macroeconómica e assim se evite a continuação da degradação económica que começou a acelerar-se desde 2016.

Contudo, mais uma vez vê-se o Governo a tomar medidas de forma pouco transparente, sem comunicar o público, em geral, sobre que implicações estariam por detrás das mesmas.

Esta análise conduz às perguntas críticas seguintes:

1ª. Ainda não houve um claro esclarecimento sobre quem efectivamente vai arcar com os endividamentos ocultos despoletados em Abril de 2016. Desde esta data o Governo defendia que os mesmos eram da responsabilidade das empresas que as contraíram (dos quais é avalista). Mas com os recentes pronunciamentos do Ministro está a passar-se a percepção de que estas dívidas podem ter sido incluídas no *stock* da dívida.

2ª. Com que recursos se espera pagar os 17% da dívida que se espera reestruturar?

3ª. Até agora não existe detalhe de onde e como se pretende usar o valor dos 350 milhões de USD de mais-valias recebidas em 2017. Poderá o titular da pasta apresentar uma explicação detalhada de onde se encontra esse montante?

O CIP alerta para o facto de que a má actuação de alguns gestores públicos pode continuar a criar custos de oportunidade em detrimento da possibilidade de dar um futuro melhor aos cidadãos através dos impostos

que estes pagam.

Portanto, estes questionamentos surgem num contexto em que a perda de confiança pelas informações emitidas pelo Governo se deteriorou significativamente depois do mesmo ter rejeitado a existência de dívidas ocultas num passado recente.

Finalmente, é urgente que a comunicação institucional do MEF para com o público esteja livre de assimetrias sob pena de se estar a caminhar para quebras ainda maiores de confiança.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development  
and Cooperation SDC



Educação para o desenvolvimento



SUÉCIA



Reino dos Países Baixos



DFID Department for  
International  
Development

Norwegian Embassy



## Informação editorial

**Director:** Adriano Nuvunga

**Autora:** Celeste Banze

**Equipa técnica:** Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Banze, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Inocência Mapisse, Jorge Matine Stélio Bila,

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

**Maquetização:** Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391

[f](#) @CIP.Mozambique [t](#) @CIPMoz

[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique